

América Latina anos 70: desenvolvimento(s) e desenvolvimentismo(s) na encruzilhada

Nilce Aravecchia Botas*

Resumo Este ensaio é parte de um trabalho mais extenso em que se procura compreender a arquitetura e o urbanismo, e mais precisamente a formação do campo do planejamento urbano e regional na América Latina, em relação com o planejamento econômico e os problemas do desenvolvimento. O pensamento social que convergiu para a CEPAL é assumido em sua complexidade, não apenas como fonte para a investigação de temas e objetos, mas, sobretudo, em termos teórico-metodológicos. O desenvolvimentismo é entendido em seus múltiplos significados para pensar conexões entre passado e futuro, considerando tanto as determinações geopolíticas estruturais, quanto as situações históricas que tensionam os poderes constituídos a partir de dinâmicas locais. Parte-se do reconhecimento de um legado do pensamento social latino-americano, e da necessidade de retomar os problemas do desenvolvimento e o planejamento enquanto política de Estado, como caminhos para a autodeterminação e a soberania.

Palavras-chave: planejamento urbano e regional, desenvolvimento, desenvolvimentismo, dependência, América Latina.

América Latina en los años 70: desarrollo(s) y desarrollismo(s) en la encrucijada

Resumen El ensayo es parte de un trabajo más extenso en el que se procura comprender la arquitectura y el urbanismo, y más precisamente la formación del campo de la planificación urbana y regional en América Latina, en relación con la planificación económica y los problemas del desarrollo. El pensamiento social que confluía en la CEPAL es asumido en su complejidad, no sólo como fuente de investigación de temas y objetos, sino en términos teórico-metodológicos. El desarrollismo es entendido en sus múltiples significados para pensar conexiones entre pasado y futuro, considerando las determinaciones geopolíticas estructurales y las situaciones históricas que cuestionaron los poderes constituidos a partir de dinámicas locales. La defensa consciente del legado de lo que resultó como tradición del pensamiento social latinoamericano presupone la reanudación de los problemas del desarrollo, y de la planificación como política de Estado, para volver a los caminos a la autodeterminación y a la soberanía.

Palabras clave: planeamiento urbano y regional, desarrollo, desarrollismo, dependencia, América Latina.

Latin America in the 1970s: development(s) and developmentalism(s) at the crossroads

Abstract This essay is part of a more extensive work that seeks to understand architecture and urbanism, and more precisely the formation of the field of urban and regional planning in Latin America, in relation to economic planning and development problems. The social thought that converged on ECLAC is assumed in its complexity, not only as a source for the investigation of themes and objects, but, above all, in theoretical-methodological terms. Developmentalism is understood in its multiple meanings to think about connections between past and future, considering both structural geopolitical determinations and historical situations that strain the powers constituted based on local dynamics. It starts from the recognition of a legacy of Latin American social thought, and the need to return to the problems of development and planning as State policy, as paths to self-determination and sovereignty.

Keywords: urban and regional planning, development, developmentalism, dependency, Latin America.

Entre o universal e o local, a América Latina na encruzilhada

Este ensaio é parte de uma trajetória de investigação, cuja premissa tem sido ampliar as conexões do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo com outras áreas das ciências humanas, e suplantar as fronteiras nacionais. A intenção de propor novos problemas historiográficos, e de produzir análises complexas articuladas ao tempo presente, pensando a inserção do Brasil no continente, insere-se na perspectiva do Grupo de Pesquisa Cultura, Arquitetura e Cidade na América Latina – CACAL¹. Busca-se estabelecer relações entre arquitetura, planejamento urbano e planejamento econômico, ou entre as ciências sociais e as dimensões espaciais do desenvolvimento. Tais objetivos tem como ponto de partida o que se entende como parte da tradição do pensamento social latino-americano, não só como fonte para a investigação de temas e objetos, mas sobretudo em termos teórico-metodológicos. Considerando tais aspectos, torna-se inescapável a referência ao método histórico-estrutural que pode ser pensado desde as contribuições de muitos autores, mas que se consolidou como um arcabouço metodológico para a América Latina a partir dos intelectuais que convergiram para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, e com as influentes formulações de seus principais expoentes, como o foi o brasileiro Celso Furtado. E, a partir do que pode ser entendido como “herança” desse método, em termos genealógicos², incorporando a dimensão de distintos regimes de temporalidades³ sobre os embates entre as dinâmicas globais e os processos locais, é possível destacar contribuições afins no campo da historiografia e da crítica em arquitetura e urbanismo.

Jorge Francisco Liernur, por exemplo, trata das dimensões do “universal” e do “local” nos processos da história da arquitetura e, ainda que dialogue de perto com autores europeus ou norte-americanos, é possível identificar elementos da tradição do pensamento latino-americano em sua produção. Seus trabalhos ajudam a localizar os sentidos históricos da arquitetura, da habitação e do planejamento na América Latina, diante dos debates pós-colonial e decolonial que nos cercam no tempo presente. Em seu ensaio “Es el punto de vista, estúpido”, Liernur fala da constituição da modernidade a partir de um duplo e paradoxal movimento: o impulso das “leis de ferro da universalização” em expansão (do capital e do consumo em termos econômicos, da igualdade e da razão em termos ideológicos), e a necessidade, para essa mesma expansão, da ativação das forças do que é singular (a burguesia, as nações, as subjetividades). Na sequência, dirige uma crítica à história da arquitetura: em contraste com outros campos, como o da arte ou da literatura, para os quais a expansão capitalista é tomada como fator fundamental, a história canônica da arquitetura ignorou a existência do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo, incorporando de maneira insólita e débil a globalização (Liernur, 2010, p.273-274).

Tais categorias sempre foram caras ao pensamento social latino-americano, mas desde a década de 1990, o desconforto com os rumos da globalização fez com que

* Nilce Aravecchia Botas é Arquiteta e Urbanista, Professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ORCID <<http://orcid.org/0000-0002-1296-6107>>.

Notas 1, 2 e 3 da página anterior:

1 O Grupo está formalmente vinculado ao Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH) da FAU USP. Tendo como objetivo reunir pesquisas voltadas ao aprimoramento e reconhecimento do pensamento sobre e desde a América Latina, conta hoje com vinte pesquisadores de diversas instituições brasileiras, e alguns colaboradores de outros países (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogruppo/0952243313240174).

2 Michel Foucault apontou os problemas de buscar uma “origem miraculosa” para determinadas ideias, eventos ou processos históricos. Propôs assim uma investigação genealógica, no sentido de revelar a heterogeneidade de agentes, correntes ou pensamentos na conformação das manifestações e das coisas. Cf.: Foucault M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: Foucault M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal; 1979. p. 15-37.

3 Nos termos das longas, médias e curtas durações, conforme definido por Fernand Braudel. Cf.: Braudel, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na Época de Filipe II - Vol. I. Tradução Ministério da Cultura Francês. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, p.25.

4 Raymond Williams, Edward Thompson, Stuart Hall e Richard Hoggart, são alguns dos autores que nos anos 1950, na Inglaterra, pensaram a cultura como modo de vida, e a crítica cultural como uma forma de interpretar a realidade sócio-histórica, numa perspectiva marxista. Nos anos 1990, já em ambiente estadunidense os expoentes dos chamados estudos culturais estabeleceram diálogo com os movimentos teóricos do pós-modernismo, afirmando a impossibilidade de interpretações mais gerais, ou tomadas de posição política em um mundo no qual predominaria o contingente e indeterminado. (Cf.: Cevasco, Maria Elisa. Estudos Culturais: fim de linha ou aposta na relevância? In: Lisboa Filho, Flavia Ferreira; Baptista, Maria Manuel (Org.). Estudos Culturais e Interfaces: objetos, metodologias e desenhos de investigação. Aveiro; ... continua na próxima página

muitos estudos retomassem essa perspectiva para pensar sobre os problemas sociais não só relacionados ao continente, mas também de forma mais ampla. Tendo como premissa a revisão histórica da modernidade e de suas especificidades na América Latina, as questões se articularam com a categoria colonialidade que, tomada como o reverso da própria modernidade, desdobrou-se em “decolonialidade” cujo debate teórico foi além das fronteiras americanas, até se tornar uma categoria de uso comum nas ciências humanas (GESCO, 2012, p. 8-21).

Nesse processo, no âmbito dos estudos culturais⁴, a história e a crítica em arquitetura e urbanismo tem voltado um olhar sobre as questões de raça e de gênero de uma maneira não propriamente latino-americana⁵. Já a dimensão geopolítica, o imperialismo e a própria globalização ainda não mereceram semelhante esforço no campo, ainda que no caso do planejamento urbano e regional sempre tenham sido temas inescapáveis, merecendo por isso uma análise histórica mais detida. Tal enfoque parece mais oportuno ao se considerar o planejamento regional no Brasil na década de 1970, tema deste núcleo temático, como capítulo fundamental da formação de um campo de atuação, que foi muito além das fronteiras estaduais e nacionais, e necessita ser entendido como parte constitutiva dos movimentos do capitalismo mundial. Entende-se que o próprio campo do planejamento regional e urbano é resultado da relação entre a expansão dos universalismos ocidentais e a ativação das forças locais, como parte das disputas em torno ao desenvolvimento, que na América Latina ganhou uma faceta própria – o desenvolvimentismo. As metamorfoses de significado sofridas por esses conceitos são exemplares e paradigmáticas para tratar do paradoxal movimento da modernidade.

Os vaivéns entre os campos intelectuais e as dimensões mais estruturais é o que aproxima esta reflexão das interpretações “histórico-estruturais”. A economia e a sociologia, ao estabelecer leis mais gerais, para validar suas teorias esbarram muitas vezes em circunstâncias históricas muito específicas e em constante movimento. A história, seja em ampla ou recortada dimensão espaço-temporal, é, portanto, fundamental para a compreensão dos próprios movimentos da economia e da sociedade. Desse entendimento tem-se os limites do alcance dessas disciplinas, o que leva a enfoques propriamente interdisciplinares. Por outro lado, tendo em vista que autores, pesquisadores e intelectuais são sujeitos históricos e sociais, manter a preocupação com os aspectos mais gerais definidores da economia, da sociedade e, por assim dizer, da cultura, significa sustentar o compromisso com a crítica.

Em sentido braudeliano interessa localizar a interpelação entre as temporalidades, mobilizando a economia e as ciências sociais para examinar os “cortes sincrônicos” e iluminar as potencialidades e resistências (Furtado cit. por Barbosa, 2021a, p. 94).

Assim, o desafio proposto por este ensaio é iluminar alguns problemas do campo do planejamento, para o que a imagem da “encruzilhada” será mobilizada metaforicamente. Pretende-se explorar elementos estruturais e históricos do corte sincrônico dos anos de 1970, para vislumbrar de que maneira o choque de paradigmas daquele momento se faz ecoar até hoje.

É certo que o êxito de tal caminho interpretativo depende da objetividade e imaginação criativa do analista, para identificar “as interações entre as estruturas e as instituições, entre o econômico e o não econômico, entre as rupturas e as continuidades que dão sentido ao processo histórico” (Barbosa, 2021a, p. 94). Por esse motivo, admite-se

continuação da nota 4...

Santa Maria: Universidade de Aveiro; Universidade Federal de Santa Maria, 2016. P. 206-218. Disponível em: <<https://bit.ly/2luaYM6>>. Acesso em: 17 maio, 2024. Entende-se aqui que o campo da arquitetura e do urbanismo foi em grande parte informado por essa vertente dos estudos culturais, o que se pode depreender, por exemplo, da coletânea “Uma nova agenda para a arquitetura”, em que as questões propriamente políticas e engajadas aparecem como fragmentos em meio a uma profusão de questões como a linguagem, a psicanálise, a questão dos costumes e da tradição etc. (Cf.: Nesbitt, K. Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). Original em inglês: *Thorizing a New Agenda for Architecture, na Anthology of Architectural Theory, 1965-1995*). Trad. Vera Pereira. São Paulo, Cosac Naify, 2006).

⁵Entre muitas referências destacam-se: Lira, J. T. C. de. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.]*, n. 1, p. 47, 1999. DOI: 10.22296/2317-1529.1999n1p47. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/26>>. Acesso em: 5 maio, 2024; Brito, F.; Mello, J.; Lira, J.; Rubino, S. (orgs), *Domesticidade, Gênero e Cultura Material*. São Paulo: Edusp, 2017, pp. 323-34; Fontenele, S. Algumas reflexões sobre o feminino, o coletivo e o ativismo na arquitetura. *Arquitextos*, São Paulo, ano 22, n. 254.02, Vitruvius, jul. 2021 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.254/8136>>; Barone, Ana Claudia Castilho. Dimensões raciais da cultura material urbana no Brasil: a cidade como objeto de disputa. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 28, p. 1-10, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28e6intro1. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/156134>>. Acesso em: 5 maio, 2024; Laje. Edição completa: Dossiê Cidades Africanas — Volume 3: Cidades, raça e emergências na África e na diáspora. *Revista Laje*, v. 2, n. 2, 2023. Disponível em: ... continua na próxima página

o caráter incompleto e provisório – em uma palavra, ensaístico –, deste texto, e do pensamento que o ensejou, cujo aprimoramento depende de construção coletiva e de diálogo aberto.

Desenvolvimento(s) e desenvolvimentismo(s)

Etimologicamente a palavra desenvolvimento vem do latim “volvere”, que significa reverter, virar, acrescido dos prefixos “des”, de negação, e “in”, de voltar-se para dentro, e do sufixo “mento”, que indica ação. Assim, tem-se o conceito de desenvolvimento em termos etimológicos significando “tirar do invólucro”, “descobrir o que está encoberto”, “des-embrulhar”. Entende-se que as metamorfoses do conceito, ao longo do segundo pós-guerra, correspondem a disputas geopolíticas, institucionais e entre campos disciplinares, que produziram um emaranhado de adjetivações. O desenvolvimento então poderia ser endógeno, exógeno; regional, local, nacional; humano, político, econômico etc. Foram muitos os técnicos e intelectuais que se ocuparam e ainda se ocupam de definir o desenvolvimento. Do que interessa para o debate do planejamento físico e territorial podem ser identificadas algumas interpretações mais influentes.

O desenvolvimento econômico, entendido em termos de crescimento econômico, se organizou sob as temáticas do progresso técnico e material, direcionando parte significativa da ação dos Estados Unidos e da Organização das Nações Unidas no pós-guerra. Expandiu-se como fundamento teórico de empréstimos de entidades financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI, BID), num processo que logo demonstrou seus limites ao configurar o endividamento permanente das nações ditas subdesenvolvidas. Desse processo mesmo, a crítica ao viés puramente econômico fez com que as preocupações com o quadro de desigualdade acentuada ocupassem mais decisivamente a pauta do desenvolvimento, indicando um horizonte de homogeneidade social e integração regional. No caso da América Latina, se o foco inicial era na “industrialização por substituição de importações”, com centralidade da ação estatal, ele se ampliou, incorporando a necessidade de qualificar o crescimento econômico. Novas formulações sobre o desenvolvimento resultaram assim da ativação de especificidades, que envolveram tanto os processos econômicos, como o fortalecimento das burguesias locais, e de movimentos culturais e intelectuais que conformaram de maneira estruturada uma ideia de nação (Bresser-Pereira, 2010, p. 21-24).

Nesse processo, foram muitas as contribuições, das quais se pode destacar a inserção mais orgânica no debate público de intelectuais como o argentino Raul Prebisch e o brasileiro Celso Furtado no interior da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – a CEPAL. Essa agência da ONU revelou-se de enorme relevância à medida que seus agentes latino-americanos assumiram um papel ativo em formulações teóricas diretamente relacionadas à elaboração de políticas públicas amplas e transversais, tendo como horizonte a integração regional e a homogeneidade social para o interior das nações e para a totalidade do subcontinente. Os intelectuais da CEPAL seriam responsáveis por estabelecer um programa de estudos próprio, partindo de um olhar específico latino-americano, que permitiu evidenciar o papel dos países ricos na definição da ordem mundial, e explicitar a dimensão ideológica do “livre mercado” e suas “vantagens comparativas”, que predominavam nas vertentes mais clássicas do pensamento econômico. Surge então o desenvolvimentismo, como conceito embasado no “enfoque histórico-estruturalista”, que interpretou a relação “centro-

continuação da nota 5...

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/laje/article/view/58307>>. Acesso em: 6 de maio de 2024. Aravecchia-Botas, Nilce. Entre a longa tradição intelectual e os novos vocabulários teórico-práticos, o lugar da Opção decolonial. Editorial. Dossiê: Estudos decoloniais na arquitetura, no urbanismo, no design e na arte. *PosFAUUSP*, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 52, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/194474>>. Acesso em: 6 de maio de 2024; Velame, Fabio M. *Arquiteturas crioulas: os terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix*. EdUFBA, 2022

periferia” num esquema teórico que retirava a América Latina da condição de lugar de experiências práticas para as teorias formuladas no Norte Atlântico, para entendê-la como lugar de construção de conhecimento (Love, 2011; Bielschowsky, 1988 e 2000). Importante destacar que, dentro de uma vasta literatura sobre o tema, entende-se aqui o desenvolvimentismo como um conceito complexo, para além do campo econômico, passando por questões ideológicas, pela elaboração e implantação de políticas públicas e por ferramentas teóricas (Barbosa, 2021b, p.23-50). Tal compreensão é o que permite pensá-lo, assim como o desenvolvimento em si, em suas formas plurais.

Considerando essa complexidade, foi decisiva também a influência do Movimento Economia e Humanismo, liderado pelo Padre Lebrez na América Latina, herdeiro da Ação Social Católica (De Angelo, 2010; Roldan, 2011; Pontual, 2016; Chiquito, 2017, p.136-37). Como derivação do pensamento neotomista, o “desenvolvimento econômico e humano” se justificava a partir de um reconhecimento da permanência de sentimentos comunitários. No debate teológico a filosofia de Tomás de Aquino havia sido recuperada pelo Papa Leão XIII ainda no século XIX, direcionando parte significativa do pensamento cristão para uma base concreta da realidade social, em oposição à direção metafísica mais vinculada ao neoplatonismo de Santo Agostinho. Essa retomada tivera como objetivo a oposição a outro movimento de viés universalizante: o materialismo histórico e o comunismo, já que os estudos marxistas estavam de alguma maneira vinculados aos Partidos Comunistas de orientação soviética, com engajamento das disciplinas das ciências humanas. Como em outras situações, no campo do planejamento, as vertentes católica e marxista cruzam-se de distintas maneiras, sendo que, por vezes, seus agentes apresentam trajetórias de dupla inserção (Leme; Lamparelli, 2001, p.675-676).

Mas a vertente católica do desenvolvimentismo processa nova ativação de elementos locais e, nesse caso, não nacionais, mas “comunitárias”. No contexto da Guerra Fria, significava tanto se contrapor ao estatismo do socialismo real da URSS, quanto ao liberalismo liderado pelos EUA. Em relação à questão fundiária, problema histórico e estrutural na América Latina, a saída era promover a pequena propriedade familiar como base para a reforma agrária, contra o latifúndio, mas também contra a coletivização da terra. Foi assim que o desenvolvimento foi apresentado simultaneamente como crescimento econômico, como satisfação das necessidades básicas e, ainda que em outros termos, já prefigurando o que seriam mais adiante as noções de sustentabilidade social e ambiental.

Ao mesmo tempo, os autores da CEPAL consagram-se por falar no subdesenvolvimento como condição comum aos países latino-americanos. Na confluência dessas formulações encontramos o conceito do que seria um desenvolvimento integral no caso da América Latina, em que as dimensões socioculturais são incorporadas. Esse desenvolvimento integral pode ser entendido como uma espécie de inversão da dialética moderna, com uma expansão que não se faz desde o âmbito mais abstrato e abrangente, mas a partir do que será chamado de “desenvolvimento comunitário”, em que a dimensão concreta da vida local é que se expande para definir os termos de uma universalidade possível não como abstração, mas como processo de incorporação de realidades distintas.

Uma rede de instituições encabeçada pela Organização das Nações Unidas - ONU, Organização dos Estados Americanos - OEA, Banco Mundial, Fundo Monetário

Internacional, Organização Mundial do Comércio - OMC etc. é responsável pela classificação de povos, sociedades e regiões. Mas as disputas sociais, políticas e disciplinares em torno aos conceitos dá-se no âmbito de seus ramos locais, no caso aqui, latino-americanos. É o que se passa no campo do planejamento urbano em agências como o Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA) subordinado à OEA, a Sociedade Interamericana de Planificación (SIAP), ou o Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES), dentro da própria CEPAL (Gorelik, 2005, 2022; Feldman, 2014; Faria, 2022). Dessa rede que responde a uma estrutura hierárquica, mas é tensionada por agentes e dinâmicas históricas locais, emerge o desenvolvimento como conceito complexo e movimentado pelas adversidades históricas. Para o conceito de desenvolvimento comunitário, por exemplo, foi decisivo o trabalho dos técnicos e de intelectuais do CINVA que, em confluência com o pensamento cristão, disseminaram suas propostas por meio de cursos de capacitação oferecidos em várias partes do continente (Peña Rodriguez, 2010; Carvalho, 2021; Aravecchia-Botas e Montoya Pino, 2024).

Na década de 1950, os debates sobre as especificidades históricas e ambientais coloca o planejamento diante de problemas de distintas escalas, desde a nacional à municipal. Ou ainda em bases regional ou local, termos também muito relativos, considerando o reconhecimento das formações heterogêneas, correspondentes a processos da economia urbana e industrial, que impulsionam a formulação de teorias e conceitos. Nesse processo, a gestação de um “desenvolvimento integral” se fez no âmbito da percepção, já ao final da década de 1950, que o modelo de desenvolvimento por “substituição de importações” havia se esgotado. No Brasil, por exemplo, ele já chegara na fase de implantação de bens de capital, e mesmo aqui, como de resto já era sentido nos demais países latino-americanos com exceção do México, a economia começava a dar sinais de estagnação.

Desde esse diagnóstico, uma agenda de reformas chamadas de “estruturais”, disseminada pela CEPAL, torna-se consenso que, não à toa é coincidente inclusive com os termos da ação dos Estados Unidos que a encampa por meio do discurso a pautar acordos bilaterais ou mais gerais como foi o caso da Aliança para o Progresso. Esse programa, no âmbito da Guerra Fria, tinha como objetivo promover a reforma agrária, a reforma urbana, o combate ao analfabetismo e políticas visando transformações duradouras, por meio de investimentos internacionais aos países pobres da América Latina. Em termos ideológicos uma “aliança” diluía o caráter imperialista do acordo entre países que, de fato, caracterizava-se como uma interdependência entre os interesses estadunidenses e as elites políticas locais temerosas do avanço do comunismo em seus países (Aravecchia Botas, 2019).

Contraditoriamente, os sinais de estagnação – em maior ou menor grau – do modelo de substituição de importações emergem em paralelo à ativação, no âmbito da cultura, dos elementos locais em outros termos. Nos anos de 1920 e 1930 a intelectualidade buscava o que era “próprio” – ou nacional –, como elemento central da modernidade (Martins, 1992). Depois esse próprio se investe de um caráter regional que, em expansão, coincide com o continental. Em movimento contrário também há uma percepção de que a “questão regional” – ou seja, das desigualdades regionais que marcavam o interior e o norte da Argentina, o sul do México e, no caso brasileiro, o interior, o Norte e o Nordeste (esse exaustivamente analisado) –, adentra as cidades como resultado

dos processos migratórios. No âmbito da cultura, a imagem do “sertão” retratada por Euclides da Cunha no início do século XX, alimentara por décadas imaginários dicotômicos como sertão-mar, sertão-cidade, miséria-riqueza. Desde a década de 1950, a pobreza manifesta pelo território de forma mais difusa, seria sentida no ambiente intraurbano, ensejando as leituras de marginalidade e dependência. A dicotomia cidade como riqueza e campo como pobreza encontra limites no próprio universo empírico, assim como a crença de que a estagnação econômica seria superada pela substituição de importações. O debate teórico sociológico premido pela própria realidade, e já mais consolidado, encontraria então paralelos nos chamados grandes romances regionais na América Latina. No Grande Sertão de Guimarães Rosa, diferentemente do imaginário outrora retratado em Euclides da Cunha, o sertão não é mais o par dicotômico da cidade mar, mas são as “veredas” que cruzam o interior do Brasil. Da literatura, Angel Rama colhe os elementos para tratar da noção de “transculturação”, tomada do cubano Fernando Ortiz Fernádes. Mobilizada para nomear os atravessamentos entre os sertões e as cidades, a transculturação permitia desarticular os particularismos nacionalistas, rumar para a superação de um olhar romântico sobre o mundo rural, e imaginar uma América Latina como horizonte possível (Araújo, 2002, p. 322-324). Tratava-se, pois, de bagunçar as hierarquias entre a cultura campesina e a cultura urbana.

Nesse sentido, desde a história da arquitetura, do urbanismo e do planejamento, é possível divisar Brasília não como coroamento da identidade nacional, mas como convergência entre questões econômicas – a se considerar por exemplo a teoria dos polos de crescimento (Tavares, 2017) –, e culturais – como um ponto na rede sertaneja das veredas atravessando o continente. O planejamento e a realização da capital brasileira são, ao mesmo tempo, resultado da expansão capitalista e da ativação de dinâmicas locais, manifestando o desejo de integração não só brasileira, mas latino-americana, que carrega todas as contradições do duplo e paradoxal movimento da modernidade. A hipótese é que havia já uma consciência de que a superação da estagnação do crescimento nacional não se faria somente pela substituição de importações e nacionalização das divisas, mas pela integração cultural e social de um continente subdesenvolvido.

A entrada de capitais estrangeiros nas participações societárias do setor privado acontecia enquanto os Estados Nacionais se tornavam a vanguarda de ativação dos setores da burguesia nacional – na siderurgia, metalurgia, construção civil etc. Na intermediação entre a expansão dos elementos universais e a ativação dos elementos locais, a intelectualidade e os técnicos ocuparam as burocracias, cuja capacitação ficava tanto a cargo de cooperações internacionais (como CINVA, SIAP, mas também com papel de fundações privadas como Ford e Rockefeller), quanto de universidades e autarquias locais muito fortalecidas por um sistema de financiamento de pesquisas (no caso brasileiro Capes, CNPq, e estaduais como Fapesp no estado de São Paulo).

Se Brasília pode ser entendida como um “desvio” arquitetônico na conformação do campo do planejamento urbano e regional, como a interpretou Adrián Gorelik (2022), pela hipótese aqui traçada ela surge como a ponta de lança de um “sistema”. Inclusive do ponto de vista arquitetônico, ela não é objeto isolado, mas foi possível pelo conhecimento e capacidade técnica acumuladas em planos, projetos e realizações que a antecederam, e pelo impulso ao desenvolvimento tecnológico que ia desde estruturas pesadas de concreto armado a experimentos em pré-fabricação.

E se os termos do subdesenvolvimento e da dependência já estavam postos nas vastas veredas de Guimarães, são as veias que se mostrarão abertas em Eduardo Galeano e que representam a nova realidade histórica latino-americana da década de 1970. As ditaduras impostas às diversas nações do continente seriam como cursos interrompidos para drenar riquezas e explorar vidas. O desenvolvimentismo sofreria novas metamorfoses, já finalizado seu ciclo ideológico ascendente iniciado na década de 1930 (Bielschowski, 1988).

A “era de ouro” da economia capitalista, marcada pela gestão global baseada em regimes e instituições supranacionais que caracterizou a Guerra Fria, encontrava seus limites na década de 1970, quando os EUA mudam sua estratégia internacional no sentido de reestabelecer sua hegemonia nos rumos de um “poder global”. O regime monetário que indexava a economia mundial ao ouro (Bretton Woods) é abandonado em prol de um câmbio flutuante, desregulação dos mercados financeiros, e defesa da volatilidade de capitais. Seria o conjunto de ações para “uma nova estratégia internacional de escalada na direção do poder global unipolar e imperial”, conquistado finalmente após a Guerra do Golfo e a dissolução da União Soviética (Fiori, 2007, p.22).

Num contexto de explosão dos preços do petróleo em nível mundial, os Estados produtores do Oriente Médio e seus magnatas seriam os novos sócios do capital estadunidense. Em um primeiro momento houve aumento da oferta de empréstimos de bancos internacionais, viabilizando a retomada do crescimento econômico (há que se considerar que alguns países já haviam abandonado de maneira mais radical as políticas nacionalistas, como foi o caso da Argentina). O “Milagre Econômico” no Brasil, que deu um fôlego adicional na implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em termos estruturais, significava o inverso da essência do desenvolvimentismo de base cepalina. Ainda que mantivesse uma ação coordenada do Estado em diversos setores, é exemplar do que aconteceu no período em diversos países latino-americanos, com externalização dos centros de decisão para os países ricos, e aumento das desigualdades sociais, num processo concentrador de renda e riqueza garantido por governos autoritários. Aprofundaram-se as desigualdades regionais, intraurbana e metropolitana, na base do endividamento mais acentuado dos países periféricos e da intensificação de sua dependência.

A questão urbana, já central nos debates sobre o subdesenvolvimento e a dependência, por sua projeção e visibilidade (as imensas paisagens urbanas feitas sem previsão e sem recursos) foi tomada em termos gerais pelas realidades metropolitanas. A aproximação importante entre o planejamento e a sociologia fez-se num movimento amplo e interdisciplinar. Engenheiros, economistas, assistentes sociais, advogados, legisladores deram sim sua contribuição, mas, no âmbito das instituições latino-americanas e das redes dos organismos internacionais, a parceria entre arquitetos e sociólogos apontou o sentido do debate de forma preponderante. A colaboração estabelecida em instituições como o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento Urbano e Regional da Universidade Católica do Chile – CIDU; ou o Centro Brasileiro de Planejamento – Cebrap em proximidade com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU USP; foi decisiva para os estudos urbanos. Em muitos trabalhos o desenvolvimentismo foi tomado como objeto a ser criticado a partir das noções de marginalidade e de dependência. Parte desses estudos iluminaram a questão urbana à luz do imperialismo e do “colonialismo interno”, noção proposta

pelo mexicano Carlos Gonzales Casanova para analisar os termos das relações da dependência econômica-social e cultural internas aos países. De forma complementar, a relação sistêmica entre cidades – com as maiores subordinando as menores, e da cidade subordinando o campo, foi o objeto de investigação de autores como Aníbal Quijano e Manuel Castells para pensar a marginalidade em relação a uma urbanização dependente (Quijano, 1973, 1978; Castells, 1973).

A emergência do problema metropolitano com suas massas de pobres – ou marginais –, passou a ocupar o debate do campo disciplinar e o “desenvolvimento”, independentemente de suas formulações metamorfoseadas por tantas disputas ao longo das décadas anteriores, passa a ser, todo ele, objeto da crítica urbana e das ciências sociais em geral (Gorelik, 2005). Passaria o mesmo com as identidades nacionais que, tão somente associadas a Estados autoritários, dariam vazão a outras formas de pertencimento cultural e social (Bresser-Pereira, 2010).

Com o desenvolvimentismo na encruzilhada, o expansionismo universalizante do ocidente ganharia novos ingredientes, como as ideias de “ecodesenvolvimento” e depois de “desenvolvimento sustentável”. Ainda que as especificidades culturais e ambientais já tivessem sido em grande parte incorporadas à própria noção de “desenvolvimento integrado”, e de “planejamento integrado”, toda ação coordenada pelo Estado sofre oposição da crítica a organização social às formas de manejo dos recursos naturais. Como analisado de início, a questão ambiental que aparecera em termos culturais, com a ênfase nos arranjos sociais mais orgânicos ou comunitários, a partir da década de 1970 toma a forma de “questão ambiental”. Também as pautas relacionadas às desigualdades de gênero e de raça explicitam contradições e desigualdades provocadas pelo próprio direcionamento do desenvolvimento. Esses movimentos culminariam na ideia de “pós-desenvolvimento”, ao final do século XX, muito em função dos estudos pós-colonial e decolonial a reivindicarem uma ruptura epistemológica radical. É o que se verifica no trabalho paradigmático de Arturo Escobar, que retoma as ideias de “valorização da cultura do lugar, dos conhecimentos e saberes locais, de formas de organização sociais originais”, entendendo a noção de desenvolvimento como amparo ideológico da colonialidade (Escobar, 2007).

Mas a mobilização ideológica da questão ambiental que acontece de maneira mais importante no início da década de 1970, se é absolutamente pertinente, acabou funcionando como estratégia de manutenção do domínio das grandes potências sobre a divisão internacional do trabalho. Enquanto se manteve o padrão de emissão de poluentes pelos países industrializados, e os EUA continuaram liderando os avanços de fronteiras militares, os riscos ambientais se intensificaram mundialmente, sem que se colocasse efetivamente em cheque o domínio e a superioridade da potência do Norte. Ao contrário, as sucessivas reuniões, declarações e acordos para tratar da questão ambiental e climática (como a Declaração de Estocolmo em 1972, o Nosso Futuro Comum de 1987, ou o Protocolo de Quioto de 1997, entre outros), mantiveram ou intensificaram a lógica da divisão internacional do comércio. Em verdade, nas últimas décadas de flexibilização do trabalho e da agenda de ajustes liberais aplicados aos países endividados, a questão ambiental foi financeirizada e mobilizada como motor da acumulação, com a precificação dos modos de vida, e sentenciando o futuro dos países pobres à permanência do endividamento e da miséria (Salviatti, 2016, p.318-320).

Diante desse quadro, se o desenvolvimentismo, mesmo considerado como parte do paradoxo da modernidade, tratou-se de contribuição teórica ímpar da intelectualidade latino-americana, em que consistiria uma ruptura epistemológica que propõe também o rompimento com essa tradição? A última transformação do conceito de desenvolvimento, que vem desde a década de 1970, apoiou-se, pois, no problema ambiental para tecer uma crítica incisiva ao desenvolvimentismo e ao Estado planejador. Coincidiu com os aumentos mundiais do preço do petróleo e com a indexação dessa fonte de energia ao dólar americano. Uma análise mais profunda deverá considerar tanto a relação expansão universal-ativação local, quanto a dimensão ideológica de uma crítica formulada durante um processo de globalização que manteve o domínio estadunidense sobre o território latino-americano às custas de uma estrutura de exploração de tipo neocolonial.

Os horizontes do (im)possível

No último quartel do século XX, quando o movimento paradoxal da modernidade tomou um ritmo cada vez mais frenético dado pela flexibilidade das formas de produção e pela desregulamentação do trabalho, Celso Furtado continuava a procurar os caminhos do desenvolvimento, sem perder de vista as contradições e ambiguidades do capitalismo periférico. Ainda em 1969, em seu livro “A formação econômica da América Latina” reiterava que o problema do desenvolvimento na região era de natureza institucional e não propriamente “econômica” – uma constatação que o fazia se interessar pelas dimensões sociais e culturais. Se a “dependência” (econômica, social e cultural) era entendida como obstáculo decisivo ao desenvolvimento, o intelectual brasileiro encontrava os caminhos de saída nos vínculos latino-americanos que as próprias ciências sociais haviam criado nas décadas anteriores. Os problemas do desenvolvimento econômico levavam os povos latino-americanos “a se conhecerem de forma mais sistemática e a valorizarem aquilo que neles constituem os traços de uma personalidade cultural comum” (Furtado, 1969, p.9).

Falava de seu próprio lugar, um intelectual cepalino, latino-americano submetido ao exílio como muito de seus pares. O método histórico-estrutural continuava como seu apoio teórico, e os anos em íntimo contato com as condições do subdesenvolvimento dos países latino-americanos lhe permitia incursionar pelos elementos “históricos” próprios de cada construção nacional, relacionando-os a dois regimes de temporalidade mais propriamente “estruturais” do subdesenvolvimento e da dependência nessas paragens: o capitalismo mercantilista das formações coloniais, e a expansão do capitalismo monopolista que condicionara as formações nacionais.

Com a flexibilização dos capitais transnacionais, e com o elevado grau de desnacionalização ao qual haviam sido submetidas as economias dos países, a retomada do desenvolvimento só seria possível com o impulso a um movimento “integracionista”. Para ele, esse processo encontrava-se em andamento, ativado pela consciência de que os países isolados não teriam como superar os obstáculos ao desenvolvimento. Sua “esperança” não era nada ingênua, como muitos liberais, ou intelectuais de filiação marxista *stricto sensu*, puderam supor. Todas as dificuldades inerentes à própria condição do subdesenvolvimento eram enumeradas. A tarefa de promover “um sistema econômico regional” era gigante diante das disparidades dos níveis de desenvolvimento, dos riscos de agravamento da concentração geográfica da

produção e apropriação de riquezas; da autonomia dos oligopólios internacionais agindo na região; das divergências entre os interesses nacionais. Mas, enquanto seus pares reiteravam as impossibilidades de transformações mais profundas, Furtado tratava de imaginar. Admitia que os progressos do movimento “integracionista” da América Latina seriam lentos, e com decepções frequentes enquanto o planejamento econômico não se transformasse em instrumento eficaz de política no plano nacional (Furtado, 1969, p.290-292).

Depois, durante a década de 1970, pensou ainda os termos da dimensão cultural da dependência, dialogando diretamente com os principais críticos da Cepal e respondendo a eles sobre o que teria sido sua “visão dualista”. Como bem delineia Bresser Pereira, de uma forma geral, os intérpretes da dependência ao refletir sobre a internacionalização dos mercados internos – comandada por burguesias internacionais – romperam com o nacional-desenvolvimentismo, defendendo, de um lado a ruptura revolucionária, e de outro, uma associação deliberada ao capital internacional (Bresser Pereira, 2010).

Como intérprete da dependência latino-americana, Furtado, em meio a essa encruzilhada, apostava nos caminhos institucionais, ao mesmo tempo em que recusava a “dependência associada” como único caminho possível. Em 1972, no ensaio “Análise do Modelo Brasileiro”, apontava o que seria para ele uma relação implícita entre os teóricos da “dependência associada” e o próprio “Milagre econômico”, para mostrar como a elite dirigente havia optado pelo modelo de associação. Assim, buscava refletir sobre os domínios do capital cultural, social e simbólico na composição da dependência, intrinsecamente relacionados ao domínio econômico e tecnológico. O tema foi objeto central do conjunto de ensaios de seu livro “Criatividade e Dependência na sociedade industrial”, em que desembaraça as formas mais sutis da dependência: na década de 1970 já não eram mais das relações “metrópole-colônia”, nem do imperialismo como definido desde os XIX, mas dos capitais transnacionais operando para desregular os mercados e mobilizar subjetividades. Relações essas que vieram a substituir os mercados externos na tutela das atividades produtivas.

No campo do planejamento, ao longo da década de 1970, há movimentos paradoxais da expansão do universal, mas a ativação do local, por sua vez, gerou novos pontos cegos sobre as dimensões estruturais. O aparato institucional do planejamento territorial funcionou muitas vezes a partir de sinais trocados e cruzados.

A capacitação e os instrumentos técnicos ficaram cada vez mais sofisticados: ainda nas bases do marco teórico do desenvolvimento integral e sistêmico, a partir da ação das diversas instituições latino-americanas de planejamento, um dos principais problemas teóricos era a chamada “macrocefalia” das metrópoles. Assim, os sistemas de planejamento – nacionais e subnacionais – tinham em vista alterar os desequilíbrios do crescimento acelerado dos países latino-americanos⁶. São movimentos simultâneos desse processo: o desenvolvimento-associado na base do endividamento; as abordagens teóricas da dependência; as abordagens neoliberais da desregulação dos mercados; a urgência de administração da crise urbana e ambiental.

Não parece casual que, de um ponto de vista ideológico no âmbito do campo disciplinar –, tenha se abdicado gradativamente do planejamento em macro escala, para responder de forma focada às demandas gritantes das populações pobres nas metrópoles. Nos

⁶ É quando se dá uma apropriação mais importante dos “polos de crescimento” de François Perroux, conforme apresentação de Jefferson Tavares no Colóquio “O planejamento territorial no Brasil na década de 1970: instituições, planos e políticas federais de estruturação da rede urbana e regional”, em março de 2023.

anos de 1970 as favelas são o motor comum tanto da crítica à cidade mercantilizada, quanto da noção modernista de plano, cujo ambiente cultural vinha sedimentado desde antes pela contracultura, pelos situacionistas e anarquistas defensores de um “urbanismo unitário”, ou de uma cidade “pós-planejadores” (Liernur, 1992, p. 22). Ou ainda nas campanhas de John Turner defendendo a “favela como solução”, quando as políticas de urbanização de favela vão se consolidando no aparato institucional dos países latino-americanos (Huapaya Espinoza e Hernández Ciro, 2022). Ou seja, de um lado se ampliam os aparatos institucionais de planejamento em grande escala e se consolida a ideia de sistema de planejamento, de outro, o ambiente cultural promove o descrédito no planejamento, vinculando o conceito moderno de plano ao autoritarismo de Estado.

A prioridade dada à administração da crise urbana a partir das metrópoles, deslocou o interesse do campo do planejamento, definindo os rumos de seu aparato centralizador, que do Estado, deslocou-se para a iniciativa privada. Foi inegável a contribuição do aparato privado na conformação do amplo sistema de planejamento, como fica evidente em vários dos trabalhos que compõe este núcleo temático. Entretanto, no caso brasileiro, mesmo com o reequilíbrio macroeconômico da década de 1990, o modelo foi sendo condicionado pelos mecanismos de mercado, esvaziando cada vez mais a capacidade de ação do Estado. Tal processo seria mais intensificado com a autonomia municipal conferida pelo Estatuto da Cidade ao Plano Diretor, que ao ser investido do poder de definir o que é “cumprir a função social” e de regulamentar outros instrumentos, vira uma arma de guerra fiscal e de disputa entre municípios. Com os ajustes liberais, impostos pela agenda de interesses dos capitais transnacionais, a expectativa de democratização do planejamento converteu-se em planos pontuais, de diversas escalas, que atraem para sua elaboração enormes esforços de nosso melhor recurso intelectual: profissionais e acadêmicos mobilizados para os planejamentos intraurbanos, voltando a maior parte do conhecimento acumulado do campo para as consultorias privadas e as ongs ainda financiadas por agências internacionais.

E aqui estamos depois da encruzilhada dos desenvolvimentismos, que também é uma encruzilhada dos caminhos e descaminhos da América Latina.

Celso Furtado via a intelectualidade num lugar de privilégio, e a investia de um poder que estaria implícito na sua “criatividade”, quando em 1978 escrevia “Criatividade e dependência”. No ensaio que abre o livro (“Poder e espaço numa economia que se globaliza”) refletia sobre a complexidade assumida pelos Estados nacionais: com seus aparatos de proteção social e ampliação da capacidade de planejamento no pós-guerra, haviam se transformado no poder real de pressão social em lugar dos sindicatos. (Furtado, 2008 [1978], 35-54). Já as empresas transnacionais operavam para flexibilizar o trabalho e fragmentar a produção, driblando institucionalidades e planejando a vida “de baixo para cima”. Percurso que encontra atualmente seu ápice na colonização de dados por monopólios da comunicação, que capturam e moldam subjetividades (Ferreira, 2021; Pirino, 2023).

Desde aí, pode-se indagar: o que significam hoje os processos participativos de planejamento? Não parece casual que o “desenvolvimentismo” de bases nacionais e latino-americanas, desde sua maior encruzilhada na década de 1970, tenha sido criticado como atraso. Se o projeto é a faculdade de autodeterminação, como acreditava

Celso Furtado, quando se desiste de planejar, delega-se a outrem esse poder. Ao contrário, “ao assumir sua criatividade o agente impõe a própria vontade, consciente ou inconscientemente”. A desregulamentação dos mercados que ampliou o grau de desnacionalização das economias é um projeto, meticulosamente planejado que tem determinado os mais amplos aspectos das formas de vida urbana. Sendo assim, voltar aos termos do desenvolvimento como “movimento para sair das amarras”, parece inadiável. O desenvolvimentismo e o planejamento como política de Estado, em suas dimensões ideológica, teórica, e prática, necessita ser retomado, não pelas respostas que ofereceu no passado, mas por oferecer uma visão de mundo própria e comum à condição latino-americana, que pode significar a retomada do desejo e da capacidade de imaginar.

Referências bibliográficas

- ARAVECCHIA BOTAS, N. C.; MONTOYA PINO, A. P. Vivienda y desarrollo en el CINVA. La planificación integral en términos latino-americano. In: *CINVA: um proyecto latinoamerica*. Unal-Bogotá. IEU, Editora UNAL, 2024, pp.177-248.
- ARAVECCHIA BOTAS, N. C. Técnica y política en la producción de la ciudad latino-americana. Ciudad Kennedy, Bogotá (1960-1963). In: *A&P Continuidad*, v. 6, p. 70-81, 2019.
- ARAÚJO, V. L. R. C. de. O regionalismo revisitado: uma visão de Ángel Rama. *Leitura*, [S. l.], v. 2, n. 28-29, p. 317–325, 2019. DOI: 10.28998/2317-9945.200128-29.317-325. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7525>>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- BARBOSA, A. F. Celso Furtado, intérprete do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Brasil, n.78, p.86-107, abr. 2021a.
- _____. *O Brasil desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo Almeida*. São Paulo: Alameda, 2021b.
- CARVALHO, Beatriz Barsoumian de. *Casa rural e planejamento na américa latina: o curso do CINVA em Viçosa/MG, 1958*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/470b6c90-b9fe-47f0-8e58-2fc7ac1fc177/TFG_2021_2_Beatriz_Barsoumian.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- CASTELLS, M. La urbanización dependiente em América Latina. In: CASTELLS, M. (Comp.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973, p. 141-166.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988;
- _____. 50 anos de pensamento na CEPAL - Uma Resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.); RIBEIRO, V. (Trad.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 13-68;
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. In: *Perspectivas*. São Paulo: v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010
- CHIQUITO, E. *A Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai*. Do planejamento de vale aos pólos de desenvolvimento. São Paulo: Alameda, 2017
- DE ANGELO, M. *Louis-Joseph Lebreton e a Sagmacs: a formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo*. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007 [1995].

- FARIA, R. S. de. Crítica transnacional sobre a viagem latino-americana do planning norte-americano: uma análise a partir da origem intelectual da SIAP. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, [S. l.], v. 20, p. 1-16, 2022. DOI: 10.11606/1984-4506.risco.2022.187214. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/187214>>. Acesso em: 23 dez. 2024.
- FELDMAN, S. Entre o regional e o metropolitano: pensamento urbanístico e metrópole no Brasil na década de 1950. *Revista USP*, [S. l.], n. 102, p. 13-22, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/97624>>. Acesso em: 23 dez. 2023.
- FERREIRA, S. R. da S. O que é (ou o que estamos chamando de) 'Colonialismo de Dados'? *PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM*, [S. l.], v. 5, n. 10, 2021. DOI: 10.31657/rpc.v5i10.458. Disponível em: <<https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/458>>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- FIORI, J. L. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J. L. *O poder americano*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 11-64.
- GESCO - Grupo de estudios sobre colonialidad. Estudios decoloniales: un panorama general. *Kula. Antropólogos del Atlántico Sur*, 6, 8-21, 2012. Disponível em: <http://www.revistas-takula.com.ar/wp-content/uploads/2014/02/KULA6_1_GESCO.pdf>.
- GORELIK, A. A produção da "cidade latino-americana". *Tempo Social*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005. DOI: 10.1590/S0103-20702005000100005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12456>>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- _____. *La ciudad latinoamericana*. Una figura de la imaginación social del siglo XX. Buenos Aires: Siglo XXI, 2022.
- HUAPAYA ESPINOZA, J. C.; HERNÁNDEZ CIRO, E. Cultura y estética popular sudamericana. Claves de lectura en la visión de John F. C. Turner, 1963-1978. *Contemporánea*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 62-82, 2023. Disponível em: <<https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/cont/article/view/1795>>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- LEME, M. C. da S.; LAMPARELLI, C. *A politização do Urbanismo no Brasil: a vertente católica*. In: Anais do IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, p.675-687, 2001.
- LIERNUR, J. F. Es el punto de vista, estúpido!. In:_____. *Arquitectura em teoria. Escritos 1986-2010*. Buenos Aires: Nobuko, 2010, p. 273-288.
- _____. Un nuevo mundo para el espíritu nuevo: los descubrimientos de América latina por la cultura arquitectonica del siglo XX. *Revista Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Esteticas*, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, n. 29, p. 1-28, ago.1992.
- LOVE, J. Ideias e ideologias econômicas na América Latian, c. 1930-c.1990. In: BETHELL, L. (Org.); SOUZA, G. C. C. de (Trad.). *A América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade*. História da América Latina Vol. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, pp. 161
- MARTINS, C. A. F. Estado e Identidade Nacional no Projeto Modernista. *OCULUM*, n.2, p. 71-76, 1992.
- PEÑA RODRIGUES, M. L. *El programa CINVA y la Acción Comunal*. Bogotá: Universidade Nacional de Colombia, 2010, pp. 188-211.
- PIRINO, B. COLONIALISMO DE DADOS: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL E SUA COMPREENSÃO. *Caderno Virtual*, [S. l.], v. 1, n. 56, 2023. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/7032>>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- PONTUAL, V. *Louis Joseph Lebreton na América Latina: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista*. Recife: Letra Capital/ Ed. UFPE, 2016

QUIJANO, A. La Formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina. In: CASTELLS, M. (Comp.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973, p. 141-166.

_____. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, Luiz, *Populações "marginais"*. São Paulo: Duas Cidades, 1978 (1966) pp. 11-72.

ROLDAN, D. D. A montagem de um ideário urbano em São Paulo: Le Bret, 1947. In: LANNA, A.; PEIXOTO, F.; LIRA, J.; SAMPAIO, M. R. (Org.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. 1ed. São Paulo: Alameda: 2011, v. 1, p. 645-659

SALVIATTI, A. P. Financeirização do Meio Ambiente. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) Revista de la Solcha, [S. l.]*, v. 6, n. 2, p. 311–321, 2017. DOI: 10.32991/2237-2717.2016v6i2.p311-321. Disponível em: <<https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/254>>. Acesso em: 16 ene. 2024.

TAVARES, J. C. Planejamento regional no estado de São Paulo: Polos, eixos e a região dos vetores produtivos. In. *XVII ENANPUR*, 2017, São Paulo. Anais de XVII Enanpur. São Paulo: 2017. V.01.

Recebido [Jan. 17, 2024]

Aprovado [Jun. 26, 2024]